



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

EMENDA Nº
(ao PL 4132/2025)

Dê-se ao inciso VIII do *caput* do art. 3º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

VIII – proteção de dados, segurança da informação e de sistemas, como conjunto de medidas de segurança cibernética e respeito à diversidade sociocultural, **assegurando a estrita observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e evitando a criação de ônus ou obrigações adicionais desproporcionais ou inviáveis para os produtores rurais, especialmente os da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais.**”

JUSTIFICAÇÃO

As emendas que ora apresentamos ao Projeto de Lei Nº 4132/2025 visam fortalecer o caráter inclusivo e equitativo da Política Nacional de Transformação Digital na Agricultura, garantindo que as inovações propostas beneficiem todos os produtores rurais, sem criar novos entraves ou exclusões.

Sobre a emenda ao Art. 3º, Inciso VIII (Proteção de Dados e Sem Obrigações Adicionais):

O princípio da proteção de dados e segurança da informação é um pilar incontestável da transformação digital. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) já estabelece um arcabouço robusto para a privacidade e o tratamento de dados pessoais. É imperativo que a Política Nacional esteja em total conformidade com a LGPD.



Contudo, a gestão e o processamento de dados podem ser complexos e exigir recursos e conhecimentos técnicos que nem todos os produtores rurais possuem. A criação de obrigações adicionais, desproporcionais ou inviáveis, especialmente para a agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais, poderia gerar uma carga burocrática e financeira insustentável.

A emenda proposta visa assegurar que, ao passo que se promove a proteção de dados e a segurança cibernética, a Política Nacional evite impor fardos excessivos. A transformação digital deve ser um fator de simplificação e eficiência, não de complexidade e encargo adicional, garantindo que a inovação seja acessível e benéfica para todos.

Com estas adequações, o Projeto de Lei se consolida como um instrumento mais justo, equilibrado e efetivamente inclusivo, alinhado com a realidade e as necessidades do vasto e diverso setor agropecuário brasileiro.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação destas importantes adequações.

Sala da comissão, de de .

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)

